



TAROUCA SEM FOGOS DEPENDE DE SI!



**Por um Concelho mais verde, cumpra com os seus
deveres.**

A protecção da natureza, de um modo especial da floresta, é uma missão de todos os cidadãos.

A vaga de incêndios que anualmente fustigam o território português, têm provocado elevados prejuízos, com graves consequências para o normal desenvolvimento do território, aos mais diferentes níveis



Exemplo de uma queimada



Exemplo de uma queima

De acordo com o **Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho** entende-se por:

«**Espaços florestais**» os terrenos ocupados com floresta, matos e pastos;

«**Espaços rurais**» os espaços florestais e terrenos agrícolas;

«**Período crítico**» período durante o qual vigoram medidas e acções especiais de prevenção contra incêndios florestais;

«**Matos**» formações vegetais espontâneas, excepto áreas arborizadas, de regeneração natural ou não;

«**Sobrantes de exploração**» o material lenhoso e outro material vegetal resultante de actividades agro-florestais;

«**Queima**» uso do fogo para eliminar matos cortados e amontoados, incluindo sobrantes de exploração;

«**Queimada**» uso do fogo para eliminar matos não amontoados, incluindo renovação de pastagens e eliminação de restolhos;

«**Fogueiras**» a combustão com chama, confinada no espaço e no tempo, para aquecimento, iluminação, confecção de alimentos, protecção e segurança, recreio e outros afins;

Entende-se que:

A realização de **queimadas**, em todos os espaços rurais, só é permitida fora do período crítico, desde que:

- a) O índice de risco temporal de incêndio seja inferior ao nível elevado;
- b) Após licenciamento na Câmara Municipal;
- c) Na presença de uma equipa de bombeiros.

A violação do disposto da alínea c) do número anterior, é considerado uso de fogo intencional.

A realização de **queimas**, em todos os espaços rurais, só é permitida fora do período crítico e desde que o índice de risco temporal de incêndio seja inferior ao nível muito elevado.

A realização de **fogueiras**, em todos os espaços rurais, só é permitida fora do período crítico e, desde que o índice de risco temporal de incêndio seja inferior ao muito elevado. Exceptua-se a confecção de alimentos, desde que realizada nos locais expressamente previstos para o efeito, nomeadamente nos parques de lazer e recreio e outros quando devidamente infra-estruturados e identificados como tal.

As infracções ao disposto constituem contra-ordenações puníveis com coima:

- €140,00 (cento e quarenta euros) a € 5.000,00 (cinco mil euros), no caso de pessoa singular,
- €800,00 (oitocentos euros) a €60.000,00 (sessenta mil euros), no caso de pessoas colectivas.

A determinação da medida da coima é feita nos termos do disposto no regime geral das contra-ordenações;

A tentativa e a negligência são puníveis.

Peça ajuda junto dos Serviços Municipais desta Câmara.

Não corra o risco, evite-o.

Durante o período crítico, não é permitido qualquer tipo de lume, incluindo fumar nos espaços florestais, no seu interior ou nas vias que os delimitam ou os atravessam.

IMPORTANTE:

O período crítico para 2010, definido pela Portaria n.º 269/2010, vai de 1 de Julho a 15 de Outubro.

Para além deste período, quando o índice de risco de incêndio é muito elevado, deverá aplicar-se as regras do período crítico.

Para mais informações deve contactar os Serviços da Câmara Municipal de Tarouca

Gabinete Técnico Florestal: *Ângela Cerdeira*

Protecção Civil: *José Amaro Nunes*

Telef: 254677420

Fax: 254678552

Email: gtf@cm-tarouca.pt

camara@cm-tarouca.pt

